

Acusado de matar namorados quer julgamento separado

Ricardo Casado, o advogado do ex-caseiro Antônio Matias de Barros, um dos acusados de ter assassinado os estudantes Liana Friedenbach, 16 e Felipe Caffé, 19 anos, não quer que seu cliente seja julgado com os demais réus. As informações são da Agência Globo

A defesa alega que ele é inocente e que as acusações são infundadas. Por esse motivo, pretende a cisão do julgamento que começou nesta terça-feira (18/7), às 10h, na cidade de Embu-Guaçu, na Grande São Paulo.

Se a Justiça não aceitar o pedido, além do ex-caseiro, o júri popular começará a decidir hoje o destino de Antônio Caetano da Silva e Aguinaldo Pires. O julgamento de Paulo César da Silva Marques deve ser marcado para daqui três meses.

O adolescente conhecido como Champinha, acusado pela polícia de ser o mentor do crime e de ter matado a facadas a jovem Liana, não será julgado. Motivo: era menor de idade na época dos assassinatos. Ele cumpre medida socioeducativa na Febem. Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

“Como cidadão, me preocupo em saber que a lei permite que ele saia da Febem com a ficha limpa, como se não tivesse cometido nenhum crime antes dos 18 anos. Se Champinha for libertado quando vencer o prazo da internação, será um perigo para a sociedade e uma irresponsabilidade do estado”, afirmou o advogado Ari Friedenbach, pai da jovem.

Tanto Friedenbach quanto os pais de Felipe Caffé participam do julgamento como testemunhas. “Vou depor e em seguida vou embora. Quando os assassinos da minha filha forem ouvidos, não quero estar lá dentro”, disse o pai de Liana, que espera que os réus peguem pena máxima.

A Câmara Municipal do Embu-Guaçu vai parar durante os dias do julgamento. No fórum da cidade não há plenário e, por esse motivo, o julgamento foi transferido para a Câmara. A sessão começou nesta terça-feira (18/7) e não há previsão de término. A estimativa é que o julgamento seja encerrado, no máximo, na quinta-feira. O processo tem sete volumes e quase três mil páginas.

O Júri

Não será aberto ao público o julgamento porque foi decretado segredo de Justiça. Tanto a vítima quanto um dos acusados eram menores de idade na época do crime.

Nesta terça-feira, o dia foi dedicado à leitura do processo. Na quarta-feira devem ocorrer os interrogatórios dos acusados e das testemunhas. Em seguida, acontecem os debates entre os advogados de defesa e a acusação sustentada pelo Ministério Público.

O advogado da família de Liana, o criminalista Alberto Toron, tentou adiar o julgamento. O pedido foi



negado. Toron também participa do júri de Suzane von Richthofen, que morreu nesta segunda-feira (17/7) na capital.

O crime

Os namorados Liana Friedenbach e Felipe Silva Caffaro saíram para acampar escondidos dos pais, no dia 31 de outubro de 2003. Ela disse à família que viajaria com alguns amigos. Os pais da garota desconfiaram quando Liana não voltou para casa no domingo, 2 de novembro.

Avisada do sumiço do casal, a polícia descobriu que os jovens foram vistos em Embu-Guaçu. Cerca de 200 policiais fizeram buscas pela região que duraram mais de uma semana. Os corpos dos dois foram localizados após a prisão de um menor, identificado como Champinha, que admitiu ter participado do crime. Felipe foi morto com um tiro na nuca e seu corpo estava num cãrrego. Antes de ser morta com 15 facadas, Liana ficou quatro dias em poder dos criminosos e sofreu abuso sexual.

A discussão

Com o julgamento, voltou à discussão sobre a responsabilização criminal de menores de 16 anos. Roberto Cardoso, o Champinha, principal acusado, tinha 16 anos à época do crime.

Em novembro próximo vence o prazo de 3 anos que a lei determina para internação de menores infratores na Febem, mas laudos médicos comprovam que ele tem problemas mentais e não poderia conviver em sociedade sem tratamento médico adequado. A Febem não tem unidade para internação psiquiátrica.